

DOSSIÊ

# A COBERTURA JORNALÍSTICA DO ESCÂNDALO POLÍTICO NA DEMOCRACIA:

## a Vaza Jato na Folha de S.Paulo



RENAN ARAUJO

*Universidade de Lisboa, Lisboa – Portugal*

ORCID: 0009-0009-7490-6474

CÉLIA BELIM

*Universidade de Lisboa, Lisboa – Portugal*

ORCID: 0000-0001-9927-8018

DOI: 10.25200/BJR.v20n3.2024.1673

Recebido em: 26/03/2024

Desk Review em: 30/05/2024

Editores de Desk Review: Sílvio Waisbord and Liziane Guazina

Revisado em: 17/08/2024

Revisado em: 23/09/2024

Aprovado em: 04/10/2024

Como citar este artigo: Araujo, R., & Belim, C. (2024). JOURNALISTIC COVERAGE OF A POLITICAL SCANDAL IN DEMOCRACY: Vaza Jato in Folha de S.Paulo. *Brazilian Journalism Research*, 20(3), e1673. <https://doi.org/10.25200/BJR.v20n3.2024.1673>

**RESUMO** – O artigo pretende identificar as narrativas e perceber o discurso noticioso e editorial e as decisões da Folha de S.Paulo que defendem a publicação da Vaza Jato e revelam práticas de jornalismo de qualidade. O método misto inclui análise narrativa e de discurso e entrevista. Os resultados mostram a presença de três narrativas ligadas a acusações contra o juiz Sergio Moro e procuradores, validação da veracidade das mensagens e críticas à Lava Jato. O discurso e a entrevista realçam que o acesso direto às conversas, a confirmação de veracidade e o interesse público dessas conversas e o contexto influenciaram a publicação.

**Palavras-chave:** Cobertura jornalística. Escândalo político. Democracia. Vaza Jato. Folha de S.Paulo.

## **JOURNALISTIC COVERAGE OF A POLITICAL SCANDAL IN DEMOCRACY: Vaza Jato in Folha de S.Paulo**

**RESUMEN** – The article aims to identify the narratives and understand the news, the editorial discourse, and decisions of Folha de S.Paulo that defend the publication of Vaza Jato and reveal quality journalism practices. The mixed method includes narrative and discourse analyses and interview. The results show the presence of three narratives linked to accusations against judge Sergio Moro and prosecutors, validation of message veracity and criticism of Lava Jato. The discourse and the interview emphasize that direct access to the conversations, confirmation of the veracity and public interest of these conversations and the context influenced the publication.

**Key words:** News coverage. Political scandal. Democracy. Vaza Jato. Folha de S.Paulo.

## **LA COBERTURA PERIODÍSTICA DEL ESCÂNDALO POLÍTICO EM DEMOCRACIA: la Vaza Jato en Folha de S.Paulo**

**ABSTRACT** – El artículo pretende identificar las narrativas y comprender el discurso y las decisiones informativas y editoriales de Folha de S.Paulo que defienden la publicación de Vaza Jato y revelan prácticas periodísticas de calidad. El método mixto incluye análisis narrativos y discursivos y entrevistas. Los resultados muestran la presencia de tres narrativas vinculadas a las acusaciones contra el juez Sergio Moro y los fiscales, la validación de la veracidad de los mensajes y las críticas a Lava Jato. El discurso y la entrevista destacan que el acceso directo a las conversaciones, la confirmación de la veracidad y el interés público de las mismas y el contexto influyeron en la publicación.

**Palabras clave:** Cobertura periodística. Escándalo político. Democracia. Vaza Jato. Folha de S.Paulo.

### **1 Introdução**

A mídia tem sido considerada o “sangue vital” (Psychogiopoulou, 2014) e a “espinha dorsal” (Jadhav, 2014) da democracia. A literatura mostra que a mídia, ao fornecer informações sobre assuntos públicos e ao proporcionar um espaço para debate público, é vista como facilitadora-chave da tomada de decisão participativa. Além disso, seu papel como vigilante social e político e seu potencial para levar o governo a responder aos cidadãos e, portanto, aumentar a responsabilização e a transparência do governo, têm sido amplamente reconhecidos (Psychogiopoulou, 2014).

Os escândalos políticos são indicadores importantes dos valores sociais e podem ter consequências importantes e duradouras,

promovendo culturas de debate e de crítica nas democracias (Argyle, 2015). A mídia desempenha um papel significativo na ocorrência e no impacto (e.g., indignação pública e mobilização dos cidadãos) dos escândalos políticos, particularmente nas democracias ocidentais (Ekström & Johansson, 2008), ao ponto de Waisbord (2004) declarar que todos os escândalos são escândalos midiáticos.

Opta-se por estudar neste artigo a cobertura jornalística da Folha de S.Paulo (Folha) sobre um escândalo político, a série de reportagens Vaza Jato, publicada inicialmente pelo website The Intercept Brasil (TIB), e que se refere ao vazamento de conversas que indicam colaborações entre procuradores membros da Operação Lava Jato – uma mega investigação anticorrupção no Brasil –, e o juiz federal Sergio Moro, levantando questões sobre possíveis interferências políticas durante o processo judicial, a imparcialidade da operação e a conduta ética dos envolvidos.

A opção por este caso justifica-se por meio dos seguintes pontos: 1. segundo Greenwald, editor-chefe do TIB, “as revelações [da série] fortaleceram a democracia brasileira. Corrigimos erros, revertimos injustiças e expusemos corrupção”, mostrando que “uma imprensa livre ainda é o elemento central para garantir a democracia” (Greenwald & Pougy, 2023), embora autores concordem que os revezes da ampla cobertura midiática da Lava Jato na democracia são irreparáveis; 2. já garantiu o seu lugar na história do jornalismo brasileiro (Oliveira, 2020); 3. obrigou a imprensa brasileira a se olhar no espelho (Oliveira, 2020); 4. motivou parte dos veículos internacionais a associar abuso de poder e perseguições políticas às investigações da Lava Jato (Bernardes, 2022); 5. além de colaborações indevidas entre os procuradores da Lava Jato e Sergio Moro, as mensagens vazadas também indicaram outras ações impróprias, como o favorecimento a jornalistas aliados dos agentes da Lava Jato (Dalmonte & Queiroz, 2020); 6. representou um ponto de inflexão nas publicações midiáticas, mudando a forma como alguns veículos brasileiros cobriam a Lava Jato (Oliveira, 2020), como é o caso da Folha. Nem sempre se verificou esta inflexão – por exemplo, o grupo Globo e o jornal O Estado de S.Paulo optaram, inicialmente, por não divulgar e não incluir a Vaza Jato em sua pauta; 7. exigiu uma reflexão sobre princípios éticos e legais associados às mensagens vazadas, como o compromisso de *watchdogging* por parte dos jornalistas, o valor do interesse público como guia das decisões jornalísticas e a necessidade de confirmar a autenticidade das mensagens, sob o

risco de, em não havendo essa confirmação, incorrer na publicação de desinformação que prejudica a democracia; 8. gerou grande repercussão nos meios jurídico, político e midiático brasileiros (Gabardo et al., 2021) e contribuiu para que o ex-presidente Lula da Silva fosse libertado em 2019 e o ex-juiz e à época ministro da Justiça, Sergio Moro, responsável pela prisão que culminou na exclusão de Lula das eleições de 2018, fosse considerado suspeito em 2021. Com a suspeição, o processo contra Lula foi anulado, permitindo que ele concorresse e vencesse as eleições de 2022; e 9. possibilitou a realização de várias abordagens jornalísticas, que foram ampliadas devido à parceria inédita do TIB com diversos veículos noticiosos, como a Folha estudada neste artigo, gerando dezenas de novos materiais inéditos (Duarte, 2020).

Em suma, o caso Vaza Jato demonstrou a sua importância, pois despertou reflexões sobre o princípio da imparcialidade jornalística, essencial ao sistema judicial democrático, teve impacto político ao provocar alterações nos destinos políticos e levantar questionamentos sobre a motivação política que sustentou determinadas sentenças, fomentou o debate a respeito da necessidade de maior controle sobre a conduta de agentes públicos e de transparência nos processos judiciais e mostrou repercussão midiática e social, ao reacender o debate sobre o contributo da mídia em investigações judiciais e a relação entre justiça e opinião pública.

A relevância teórica do caso Vaza Jato estende-se a diversas disciplinas. Nos estudos de comunicação e mídia, a Vaza Jato realça o contributo do jornalismo investigativo como mecanismo de controle social, destacando a ética e a qualidade jornalística na divulgação de informações sensíveis. Além disso, o caso ilustra como a mídia constrói narrativas que influenciam o sistema político e judicial, alertando para os riscos do sensacionalismo midiático. Na ciência política e nos estudos de democracia, o caso levanta questionamentos sobre a separação dos poderes, sugerindo uma possível violação dessa separação entre o Judiciário e o Executivo, o que gera reflexões acerca de abuso de poder e o papel do judiciário na política.

Além disso, o caso contribui para o debate sobre a judicialização da política, com o judiciário assumindo uma intervenção mais ativa em questões políticas e sociais, implicando-se em riscos de ativismo judicial. Na teoria jurídica e ética, o caso destaca a importância da imparcialidade judicial e do devido processo legal, ao suscitar discussões sobre o envolvimento excessivo do judiciário

em processos de grande impacto político. Também aborda o conflito entre transparência e privacidade, ao questionar os limites éticos e legais da divulgação de informações privadas de interesse público. Na teoria do Estado e governança, o caso contribui para discussões sobre *accountability* democrática, sugerindo que todos os poderes devem ser monitorados para garantir conformidade com a legalidade e a ética. O caso também reflete sobre os desafios da luta contra a corrupção, que deve ser conduzida dentro dos limites do Estado de direito.

O presente artigo pretende especificamente: 1. identificar as narrativas utilizadas pela Folha para justificar a publicação dos diálogos vazados em reportagens exclusivas; 2. entender como o discurso das notícias e dos editoriais da Folha foi usado para defender a opção pela publicação das conversas da Vaza Jato; e 3. compreender quais decisões foram usadas, por parte da Folha, para buscar garantir a qualidade jornalística na cobertura da Vaza Jato.

Em termos teóricos, o presente artigo se concentra na teoria do framing/enquadramento pela seleção e ênfase em certos aspectos do escândalo político em detrimento de outros; na teoria do gatekeeping jornalístico, ao examinar decisões editoriais e noticiosas sob o ponto de vista do tomador de decisão (diretor de redação); na abordagem da mídia como quarto poder, que escrutina seu papel como um contrapeso ao poder político; e na teoria da democracia deliberativa, que se foca na contribuição da cobertura jornalística para o debate político e para a formação da opinião pública sobre a Vaza Jato. A Folha é o veículo escolhido para análise neste artigo, uma vez que é um jornal centenário, com o segundo maior valor nacional na circulação total (impresso + digital) (Yahya, 2022). Foi o primeiro veículo convidado pelo TIB, devido à sua credibilidade, para parceria de divulgação do material exclusivo da Vaza Jato. O veículo também recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. Oficialmente, o jornal se assume, no plano político, como apartidário e pluralista.

O presente artigo busca contribuir para a teoria operacional (McQuail, 2010), ao trazer conhecimento a partir da prática jornalística, como o que fazer para construir um jornalismo de qualidade no momento da cobertura de um escândalo político. Este compromisso de investigação tem ainda mais relevância ao se considerar que, segundo a Freedom House (2024), que promove a independência da mídia e a democracia, o Brasil está no 72º lugar entre 100 países na classificação da liberdade global.

## 2 Jornalismo, política e democracia

A mídia independente e de credibilidade é crucial para o funcionamento de uma democracia (Knight Foundation, 2023; Michailidou et al., 2023), pois serve como vigilante do governo, educa o público e promove a consciência política e a diversidade (Das, 2011; Sharma & Dubey, 2018). Essas funções são essenciais para a transparência, a responsabilização e para a participação popular que são marcas de uma democracia saudável (Harrison & Sayogo, 2014).

O entendimento sobre o que é qualidade jornalística ou jornalismo de qualidade tem sido objeto de estudo. Por exemplo, Shapiro (2010) esclarece que o jornalismo de qualidade é independente, preciso, aberto à avaliação, editado e sem censura, ambicioso, destemido, contextual, envolvente e original e Abramson (2010) considera que ele é vital para responsabilizar as instituições e fornecer inteligência, energia e profundidade a histórias complexas. Scheuer (2007) explica que, para haver excelência jornalística em um contexto democrático, são necessários fatores como verdade, elemento essencial para as notícias terem valor; contexto, vital para terem significado; e integridade, que promove ambos (pp. 56-57).

O jornalismo político foca-se nas ações de atores e instituições políticas, ainda que não sejam claras as fronteiras com outros tipos de jornalismo (Strömbäck & Sehata, 2020). Trata-se de uma das mais tradicionais especializações jornalísticas, considerada “essencial para o funcionamento da democracia” (Strömbäck & Sehata, 2020, p. 2) e que molda grande parte da agenda noticiosa da mídia (McNair, 2002). A cobertura jornalística de política é, assim, o produto conjunto do processo interativo envolvendo comunicadores políticos e profissionais de mídia (Semetko et al., 1991, p. 3).

A cobertura da política desdobra-se em quatro níveis que afetam os processos editoriais e de produção noticiosa (de Vreese et al., 2016) e que consideram: a) o ambiente de eventos que envolve o trabalho dos jornalistas que atuam nos acontecimentos políticos. Esse fator pode englobar percepções individuais do jornalista sobre o que é notícia ou sobre prioridades de pautas; b) os níveis de influência das organizações, considerando suas linhas editoriais, limitações e objetivos; c) as estruturas de influência no nível de sistema de mídia, considerando a concorrência do mercado, comercialização e profissionalização do jornalismo; e d) as estruturas do sistema político – governos e partidos – que podem influenciar com base nos

ideais de independência ou de posicionamento ideológico de cada veículo (de Vreese et al., 2016).

O jornalismo torna-se um campo de disputa por parte de diferentes grupos que buscam espaço e poder de influência na sociedade (McNair, 2002). Os próprios jornalistas tornam-se atores políticos, ao direcionarem a agenda política, seja trabalhando em conjunto ou de modo concorrente com os atores políticos (Cook, 2011, p. 13). O autor ainda destaca que muitos atores políticos obtêm influência política devido à sua capacidade de aderir a normas de autoridade, objetividade e factualidade esperadas pela mídia.

Os jornalistas possuem o poder de escolher se um determinado assunto merece cobertura, qual o contexto, o enquadramento e que fontes estarão presentes para comentar os temas políticos. Assim, os jornalistas “não só refletem a autoridade, mas a reforçam também” (Cook, 2011, p. 92). O jornalismo pode ter interesses e vieses implícitos e ocultos, além da priorização de processos e atos políticos, em detrimento de políticas e ações públicas que trazem benefícios públicos concretos (McNair, 2002).

### **3 O valor do escândalo político para o jornalismo e para a democracia**

Se a existência dos escândalos é vista como inerente às democracias liberais, por conta da transparência e da liberdade midiática, ela também passa a ser parte do interesse da mídia, que pode atrair a audiência e obter ganhos econômicos (Prior, 2015). Geiss et al. (2012) explicam que os escândalos políticos são recursos importantes para a mídia, já que podem “impulsionar a reputação do negócio do veículo e sua autoimagem como uma guardiã da vida pública” (p. 19), além de que, se o escândalo estiver ligado a figuras poderosas, também pode mostrar o poder e a efetividade desse veículo. A revelação de escândalos reforça, assim, os ideais de independência econômica e editorial (Mancini, 2018) e fortalece a satisfação com a democracia quando há a certeza de que os que cometeram atos errados foram expostos, porque o público pode concluir que o sistema realiza competentemente suas funções como um todo (Kumlin & Esaiasson, 2012, p. 64). Por outro lado, estudos empíricos (e.g., Ares & Hernández, 2017; Solé-Ollé & Sorribas-Navarro, 2017; Zaloznaya et al., 2022) mostram que os escândalos minam a

confiança dos cidadãos nos políticos. Outros efeitos parecem surgir após um escândalo político, como a fragmentação governamental e o aumento fiscal, constituindo um impacto nas atividades cotidianas que pode afetar negativamente as atitudes dos cidadãos em relação a um governo durante um período mais longo (Solé-Ollé & Sorribas-Navarro, 2017). Quando o escândalo político envolve legisladores pode influenciar negativamente as atitudes dos eleitores em relação às instituições e ao processo político (Bowler & Karp, 2004).

Sobre a eventual inclinação política dos veículos noticiosos, Puglisi e Snyder (2011) apontam que estes tendem a adotar vieses mais favoráveis de acordo com as motivações políticas, o que pode ser traduzido em uma maior quantidade de matérias potencialmente desfavoráveis a um dos lados. Por exemplo, jornais americanos, com inclinação mais voltada aos democratas, tendem a cobrir mais escândalos políticos envolvendo políticos republicanos e vice-versa (Puglisi & Snyder, 2011). A partir desse ponto de vista, Mancini (2018) expõe a instrumentalização da mídia, explicando que os escândalos políticos podem ser usados para beneficiar certos grupos ou podem funcionar como “políticas de confiança” ao servir como “testes de credibilidade” aos agentes públicos (Thompson, 2000, p. 112). Em novas democracias e democracias em transição, nas quais as conexões entre políticos e cidadãos é fraca e a mídia é o principal canal para alcançar os cidadãos, a cobertura de escândalos de corrupção pode ser uma forma de destruir reputações de adversários (Mancini, 2018, p. 3075).

Thompson (2000) tipifica os escândalos políticos em: escândalos sexuais, escândalos financeiros, que podem envolver casos de sonegação de impostos e de corrupção, e os chamados escândalos de poder, que envolvem as transgressões às normas de regimes democráticos. Os escândalos revelados pela Vaza Jato enquadram-se na classificação de escândalos de poder, já que mostram a cooperação entre o juiz e ministro da Justiça à época, Sergio Moro, e os demais procuradores da força-tarefa da Lava Jato, incorrendo em abuso de poder e desvio de finalidade.

A corrupção é um dos mais importantes elementos presentes em escândalos políticos, ainda que nem todo caso de corrupção se transforme em escândalo (Thompson, 2000). A corrupção trata de um “fenômeno de poder” (Sousa, 2011), em que agentes públicos realizam um pacto que envolve um “contexto, atores, predisposição ética para violar a lei ou agir desonestamente, recursos e poder,

confiança estratégica e processos de troca” (Moreira et al., 2019, p. 175). Costas-Pérez et al. (2012) destacam que esse fenômeno possui um “potencial devastador” (p. 469) para o desenvolvimento de diversos países e se torna uma “patologia social” (Cunha, 2017, p. 65), com potencial para causar grandes danos à democracia, como a desconfiança nas instituições e a normalização de comportamentos não éticos. Entre alguns dos principais escândalos políticos, Rottinghaus (2019) destaca como o mais significativo o de Watergate, publicado pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, em 1972, e que levou à renúncia do presidente americano Richard Nixon em 1974.

No Brasil, um dos principais escândalos políticos foi o que envolveu o presidente Fernando Collor de Melo, que sofreu um impeachment após a publicação de denúncias feitas pelo próprio irmão Pedro Collor (Aldé & Vasconcellos, 2008). Prior et al. (2015) destacam ainda o importante papel da mídia no escândalo do mensalão, veiculado pela Folha e que denunciou um esquema de corrupção no Governo Federal em 2005. A partir de 2014, ganha visibilidade a Operação Lava Jato, que culminou com fatos políticos significativos para o país (Damgaard, 2018).

Considerada pela Polícia Federal como a maior investigação de corrupção da história do Brasil (Pereira, 2018), a Operação Lava Jato iniciou-se em 17 de março de 2014 como uma “forçatarefa” envolvendo a Polícia Federal e o Ministério Público Federal brasileiros, coordenada pela 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba-Paraná, que visava investigar desvios de recursos públicos em contratos da estatal Petrobrás, uma das maiores empresas de energia e petróleo do Brasil e do mundo. A Operação concluída em 1º de fevereiro de 2021 teve 80 fases operacionais autorizadas – durante as quais foram presas e condenadas mais de cem pessoas –, contou com mais de mil mandados de busca e apreensão, prisão preventiva e condução coercitiva e envolveu investigações a diretores da Petrobras, empresários, deputados, senadores, governadores e ex-políticos, incluindo ex-presidentes da República. O nome Lava Jato diz respeito à investigação do uso de um posto de combustíveis para movimentar valores de origem ilícita, investigado na primeira fase da Operação e que contou com a prisão do doleiro Alberto Youssef. Entre muitos eventos significativos, destaca-se a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2018 por conta da denúncia do “tríplice do Guarujá” em setembro de 2016. Com a prisão

e condenação em segunda instância, ele teve a sua candidatura à Presidência da República em 2018 impugnada pela Justiça.

Considerado um caso de “judicialização da política”, o juiz Sergio Moro, responsável por julgar os casos da Operação em primeira instância até o final de 2018, afirmou repetidamente que a Operação brasileira se inspirou na Operação italiana “Mãos Limpas” (Pereira & Silva, 2021). Moro, que era tido pela mídia como o “herói da transparência” (Pereira & Silva, 2021), admitia uma forma de intervenção nos acontecimentos políticos marcada pela ideia de que a Operação Lava Jato não era apenas jurídico-investigativa, mas um movimento político capaz de produzir um diagnóstico, uma agenda e mesmo uma “revolução” no país. Esta versão criou condições para a ascensão de Bolsonaro ao centro do sistema político, incorporando o negacionismo e a negação da política, cristalizada no antipetismo, e sustentando um processo reformista inserido em um programa neoliberal e conservador (Pereira & Silva, 2021).

A Lava Jato trouxe várias consequências no Brasil: minou o processo legal, o direito constitucional e o processo político, conduzindo a discursos simplistas e polarizadores anticorrupção e enfraquecendo o frágil ambiente político e institucional do país (Mészáros, 2020). Uma pesquisa da Genial/Quaest de 2024 apurou que metade da população brasileira (50%) diz que a Operação “fez mais bem” ao Brasil, versus 28% que avaliam que a Lava-Jato “fez mais mal”. Também quase metade dos brasileiros (49%) considera que a Operação “ajudou a combater a corrupção”, enquanto 37% afirmam que “não” e 4%, que “mais ou menos” (Iory, 2024).

A imprensa mainstream e a grande mídia – “que sempre apoiou a Lava Jato” e “nunca quis saber das denúncias contra essa Operação” (Moretzsohn, 2019, p. 181) – desempenharam um papel crucial na cobertura de eventos relacionados à Lava Jato, sendo apontadas por vários estudos como fundamentais para a crescente criminalização da política que conduziu, por exemplo, ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016 (van Dijk, 2017). Moretzsohn (2019) destaca que a imprensa tradicional, com histórico golpista, frequentemente utiliza o tema da corrupção para desestabilizar governos eleitos democraticamente.

Também vários estudos observam que a forma como Moro é representado (herói, lutador) conduziu a que a Lava Jato tivesse tamanha repercussão (Cruz & Kunsch, 2020; Prado, 2018). Mas o papel da imprensa poderia ser “mais eclético, hermenêutico e

questionador” (Prado, 2018, p. 13). Ao não ser, a imprensa perdeu “um momento ímpar em sua própria história de melhorar o seu próprio debate político. É injusto, improvável e desumano acreditar que um único juiz seja capaz de solucionar todos os problemas éticos da nação” (p. 13).

De acordo com Albuquerque (2017), desde o início do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), a grande mídia foi progressivamente criando as condições para o impeachment de Dilma Rousseff que resultou na crise democrática atual, utilizando a ideia de “quarto poder” de forma retórica, ao se autointitular como a vigilante dos outros poderes. Essa autoproclamação funcionou como um “escudo de legitimidade” (p. 915), permitindo que a imprensa desempenhasse um papel político ativo, inspirado nas democracias ocidentais avançadas, nas quais a mídia é vista como guardiã da democracia. No entanto, no Brasil, esse papel foi exercido de maneira distinta. O autor argumenta que o discurso do “quarto poder” é usado pelas elites latino-americanas e pela mídia para preservar e justificar seus privilégios. A particularidade no caso brasileiro é que a grande imprensa reivindica um papel transcendental, pretendendo falar em nome de toda a nação, mas, na realidade, defende interesses específicos, algo evidenciado nos estudos e indícios sobre a cobertura da Lava Jato (Albuquerque, 2017).

A Vaza Jato surgiu em um contexto político marcado pela ascensão do governo de Jair Bolsonaro, que tomou posse como presidente do Brasil em 2019. Nesse período, Sergio Moro, ex-juiz federal responsável pela Operação Lava Jato, foi convidado por Bolsonaro para assumir o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública, aumentando as suspeitas de que o ex-juiz havia agido deliberadamente para abrir caminho à eleição de Jair Bolsonaro (Moretzsohn & Pinto, 2020, p. 193). Essa proximidade entre Moro e o governo Bolsonaro, junto com as revelações da Vaza Jato, levantou questionamentos sobre a imparcialidade das ações da Lava Jato e a relação entre o Judiciário, o Executivo e a mídia.

Para este estudo, foi realizada uma pesquisa booleana, em setembro de 2023, com os termos “Vaza Jato”, “Lava Jato” AND “cobertura jornalística” e “escândalo político” AND “Lava Jato”, nas plataformas EBSCO e Google Acadêmico. Para uma seleção mais apurada, foram considerados estudos empíricos publicados nos últimos oito anos por cobrirem o período de atuação da Operação Lava Jato (2014 a 2021) e o período de publicação da série Vaza Jato (2019).

Os estudos relacionados à Lava Jato estão focados em como o agendamento e o framing se tornaram determinantes para coberturas jornalísticas favoráveis à Lava Jato (Cioccarì, 2015; Silva Cruz, 2023; Fontana, 2020). Cioccarì (2015) analisou as capas da Folha e identificou padrões de elevação na cobertura no período das eleições em 2014 e em 2015 com a revelação de novos nomes de políticos envolvidos em corrupção. Silva Cruz (2023) realiza uma análise de framing a dez reportagens da Folha sobre a condução coercitiva de Lula e conclui que Moro e Lula são colocados em campos opostos, com predomínio de fontes oficiais e “efeito de denúncia antecipada” (p. 299). Ao se aprofundar no tema, Damgaard (2018) apresenta o conceito de cascatas, ou seja, de informações que são passadas em série e, a partir das quais, “os atores fazem as mesmas suposições, reproduzem as mesmas ações e passam os mesmos sinais – mesmo quando não são verdadeiros” (p. 115). O autor enfatiza que as capas da Folha, do Globo e do Estado de S.Paulo nos seis meses que precederam o impeachment de Dilma Rousseff mostram como a Lava Jato se tornou prioridade. Medeiros e Silveira (2017) destacaram que, em 74 reportagens da Folha e da revista Veja, as construções discursivas buscavam reforçar a gravidade dos atos de corrupção por parte do PT. Bello et al. (2021) realçam que a Lava Jato produz sua própria narrativa, porque transmitiu mensagens, constituiu personagens e delineou um enredo, além de um processo ideológico e desenvolvimento histórico concreto (p. 1672). Prior (2018) segue esse raciocínio e destaca a presença de heróis, núcleos e fios de ligação que conectam a história em uma narrativa, assim como Medeiros e Silveira (2017) constroem uma análise a partir dos elementos da jornada do herói e da idolatria a Sergio Moro.

Em uma perspectiva mais ampla, estudiosos aprofundaram-se em relação à cobertura jornalística sobre casos de corrupção em uma dimensão histórica (Castro & Ansari, 2017; Fernandes et al., 2021). Nessa esteira, há trabalhos que abordam como os direcionamentos da imprensa brasileira de forma crítica à esquerda trouxeram prejuízos à democracia brasileira, especialmente a partir do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, inclusive relacionando-o a outros casos semelhantes na América Latina (Albuquerque, 2017; Albuquerque & Gagliardi, 2020; Van Dijk, 2017).

Ao contrário da Operação Lava Jato, ainda são poucos os estudos que se dedicam diretamente à Vaza Jato e suas abordagens jornalísticas. Entre eles, está o de Lima e Pilau (2022) com uma análise

de framing de 876 reportagens da Folha e do Estado de S.Paulo sobre as coberturas da Vaza Jato e da Operação Spoofing (que prendeu os hackers responsáveis por invadir os celulares de autoridades), concluindo que a Folha priorizou a Vaza Jato e o impresso, enquanto o Estadão priorizou as matérias na versão online e a Operação Spoofing. Dalmonte e Queiroz (2020) discutem os valores-notícia presentes em 98 publicações da Vaza Jato entre junho de 2019 e março de 2020 a partir de uma análise quantitativa e qualitativa e concluem que o TIB reforçou os princípios de vigilância, ética e transparência e destacou o interesse público dos seus conteúdos. Gabardo et al. (2021) e Moretzsohn e Pinto (2020) focam-se em discussões éticas e nos impactos da série de reportagens. Gabardo et al. (2021) observam que há o reforço dos princípios da transparência e do interesse público, visando ressaltar a credibilidade e a legalidade jurídica da série de reportagens. Moretzsohn e Pinto (2020) exploram as implicações éticas de uso de informações a partir de um vazamento e da busca pela credibilidade por parte de um veículo independente. Já Larangeira e Junior (2020) optam por inserir a Vaza Jato no contexto do “desmascaramento” (p. 195) da narrativa da Operação Lava Jato. Portanto, a partir dessa revisão de literatura, afere-se que os estudos sobre a Vaza Jato se têm focado na cobertura noticiosa do TIB, sendo poucos os estudos que se debruçam sobre a cobertura dessa série de reportagens por parte de outros veículos jornalísticos, lacuna de investigação que se pretende preencher através do presente artigo.

#### **4 Opções metodológicas**

Com o método misto, foram realizadas análise narrativa (que cumpre o objetivo de identificar as narrativas utilizadas pela Folha para justificar a publicação dos diálogos vazados em reportagens exclusivas), análise crítica de discurso (com o segundo de objetivo, entender como o discurso das notícias e dos editoriais da Folha foi usado para defender a opção pela publicação das conversas da Vaza Jato) e entrevista individual, semiestruturada e em profundidade (que concretiza o objetivo de compreender quais decisões foram usadas, por parte da Folha, para buscar garantir a qualidade jornalística na cobertura da Vaza Jato). O método misto é do tipo sequencial explicativo, atendendo ao fato de que a entrevista serviu para esclarecer os resultados provenientes das técnicas previamente aplicadas.

O corpus para cumprir o primeiro objetivo é composto por 530 matérias sobre a Vaza Jato publicadas no portal Folha nos três meses de divulgação, entre 9 de junho e 9 de setembro de 2019. Este período de análise engloba o intervalo de um trimestre completo a contar a partir da publicação da primeira reportagem do TIB, a 9 de junho de 2019. Também foi o período com maior repercussão social, política e jurídica e com o maior número de publicações em torno do tema. Todas as categorias usadas neste estudo foram geradas concomitantemente a partir da literatura e do corpus.

#### **4.1 Análise narrativa**

Esta técnica está focada nas dificuldades, escolhas, conflitos e desenvolvimentos dos personagens/agentes ativos das reportagens da Vaza Jato. Harcourt et al. (2020) explicam que, após a codificação numérica dos textos noticiosos e a identificação dos tópicos proeminentes, é feita uma análise/reconstrução a fim de identificar as histórias contadas a partir desses dados. Portanto, esta técnica assume uma configuração quanti-qualitativa. Com base no quadro político narrativo (Shanahan et al., 2018), foi feita uma análise narrativa a nível meso dos atores políticos presentes no corpus referido. A partir do modelo de Harcourt et al. (2020), foram identificadas as narrativas que se focam na defesa da opção pela publicação das conversas da Vaza Jato presentes em: 1. acontecimentos de impacto que iniciam a história; 2. agentes ativos envolvidos; e 3. ações tomadas por esses agentes a partir dos acontecimentos. Na reconstrução da narrativa, foram consideradas categorias, submetidas a tratamento quantitativo através do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), como o tempo (mês, dia exato e dia da semana da publicação), a forma de narrar (enquadramento, declaração em primeira voz, gênero jornalístico, tamanho das peças, tipo de abordagem, foco temático, direção, escândalo em foco e fontes usadas), os protagonistas (agente ativo principal) e as suas ações.

#### **4.2 Análise crítica de discurso**

Esta técnica, exigindo profundidade, foi aplicada a dois corpora: 1. um corpus de 28 matérias referentes às primeiras

de cada um dos escândalos repercutidos; 2. um corpus de seis editoriais da Folha que abordam diretamente a Vaza Jato e seus desdobramentos durante o trimestre em análise. Usou-se uma dimensão tridimensional (tabela 1).

**Tabela 1**

*Categorias*

Categorias	Orientação de categorização
Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	E.g., palavras destacadas
Estilo léxico	Uso de palavras que moldam o significado e podem reforçar certas opiniões
Estratégias discursivas	E.g., De legitimidade: uso de sanções ou justificativas para as ações de certo agente ativo; De posicionamento: construção da identidade de uma pessoa ou entidade através do discurso; De argumentação: uso de certos raciocínios que justificam uma opinião.

Fonte: Carvalho (2008).

### 4.3 Entrevista

O diretor de redação da Folha, Sergio Davila, foi entrevistado após ter sido informado sobre o contexto e objetivos da investigação. A entrevista realizou-se no dia 25 de agosto de 2023 através de uma videochamada via Google Meet, para atender a disponibilidade do entrevistado e contornar obstáculos geográficos. O roteiro de entrevista incluiu dimensões temáticas ligadas aos critérios editoriais sobre as publicações, processos jornalísticos, justificativas e desafios éticos.

Os conteúdos da entrevista foram transcritos e tratados. A análise de framework (Ritchie & Lewis, 2003) foi escolhida como base para a análise dos dados e teve como etapas as fases de familiarização, codificação, desenvolvimento do framework e interpretação. Esta análise, utilizando categorias, cria uma nova estrutura para os dados (em vez dos relatos originais completos fornecidos pelos

participantes) que é útil para resumir/reduzir os dados. Para facilitar a leitura, as citações foram encurtadas, mas a essência do discurso do entrevistado foi mantida.

## **5 Resultados e discussão**

### **5.1 Narrativas da Folha que justificam a publicação dos diálogos vazados em reportagens exclusivas**

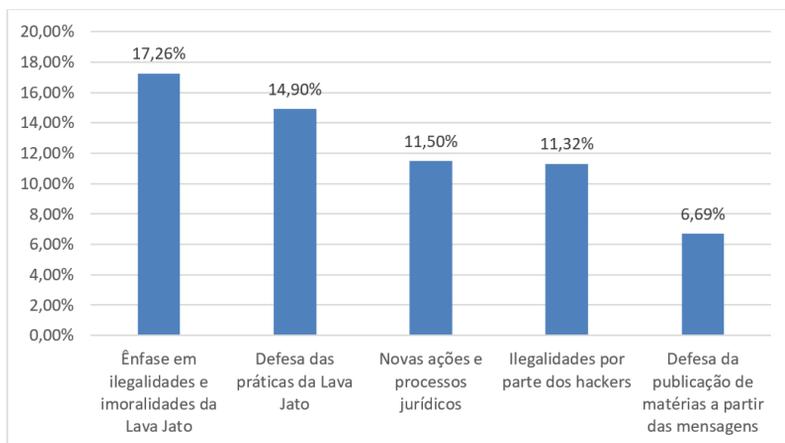
A partir da primeira reportagem, o veículo divulgou os materiais do TIB e procurou realizar suas repercussões jornalísticas próprias, atingindo um pico de publicações logo nos primeiros dias, entre 9 e 14 de junho (16.79%). A cada novo desdobramento, havia a preocupação do veículo em produzir textos que buscavam situar seu público a respeito da divulgação dos escândalos e contextualizar as informações (“Entenda vazamento de conversa...” – 10 de junho) e em exibir, ao final de cada matéria, perguntas e respostas sobre o caso (“Como as mensagens foram obtidas?”; “O que mostram as conversas obtidas pelo The Intercept Brasil?” – 11 de junho).

#### **Narrativa 1 – Sergio Moro e outros procuradores com atitudes ilegais ou imorais**

A primeira narrativa norteia toda a cobertura da Folha no período analisado. A maior parte das peças teve enfoque principal negativo (38.56%), sendo a ênfase em ilegalidades e imoralidades da Lava Jato (17.26%) a ação tomada predominante – gráfico 1. Esta negatividade e antiética, presentes em escândalos, poderão conduzir à corrosão da confiança dos cidadãos nos políticos (Ares & Hernández, 2017; Solé-Ollé & Sorribas-Navarro, 2017; Zaloznaya et al., 2022).

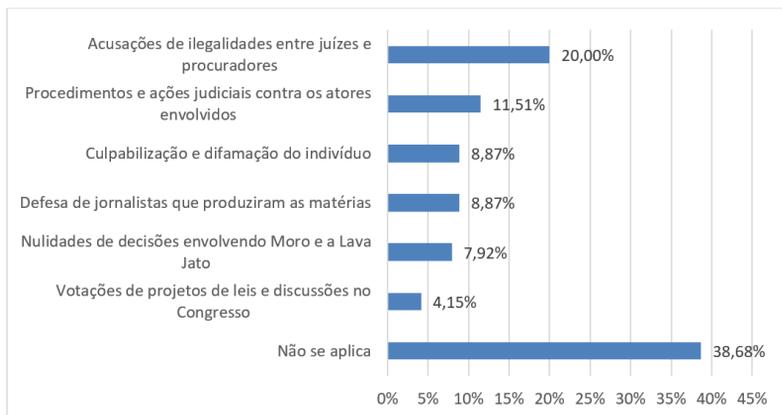
## Gráfico 1

### Ações tomadas pelos agentes ativos nas peças jornalísticas da Folha



Na análise de framing, o tom negativo das publicações referentes aos escândalos é frequente. As publicações em Definição do problema (enquadramento de ataque a Moro e a procuradores da Lava Jato) apontam que a presença de violação de normas e leis e a parcialidade dos agentes públicos estão entre as subcategorias mais comuns.

Já em Enquadramento Sugestão de solução (enquadramento de ataque a Moro e a procuradores da Lava Jato), as acusações de ilegalidades feitas aos juízes e procuradores também é a categoria mais frequente (20%), seguida por procedimentos e ações judiciais contra os atores envolvidos (11.51%) – gráfico 2. É possível notar a antítese na cobertura a Moro, que antes era representado como herói por parte da Folha (Cruz & Kunsch, 2020; Medeiros & Silveira, 2017; Pereira & Silva, 2021; Prado, 2018). Como paralelo, no caso Snowden – que expõe a vigilância em massa realizada pelo governo estadunidense e seus aliados –, o The New York Times e o The Washington Post constroem Snowden positivamente como um novo tipo de divulgador (*leaker*) e como um herói, no sentido em que ele traz de volta a importância da liberdade de expressão como um mito vivo nos Estados Unidos da América (EUA) (Nugroho, 2020).

**Gráfico 2***Sugestão de solução - Enquadramento de ataque*

No dia 23 de junho, o veículo anunciou a parceria com o TIB e começou a publicar reportagens exclusivas com base nas mensagens vazadas, gerando um novo pico de matérias entre 24 e 26 de junho (8.14% do total). As revelações destacaram-se na cobertura da Vaza Jato. Este destaque nota-se na categoria Foco temático, em que a revelação de escândalo esteve presente em 56 peças jornalísticas (10.56%).

Para fortalecer a argumentação sobre as condutas impróprias de Moro, Dallagnol e outros procuradores, são citados trechos do Código de Processo Penal, a Constituição Federal e o Código de Ética da Magistratura que se relacionam com a independência dos poderes e a imparcialidade exigível ao juiz. Também são referidos apontamentos de especialistas sobre a gravidade dos escândalos (“o modo como isso foi feito contraria a legislação”; “há indícios da suspeição de Moro”; “há margens para processos administrativos” – 10 de junho).

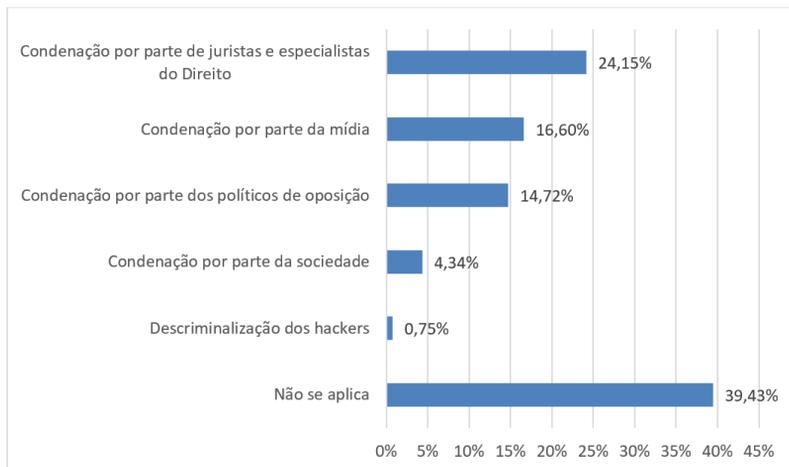
Mesmo com essa narrativa, Moro e os procuradores tiveram suas defesas repercutidas e foram os agentes ativos mais presentes nas peças jornalísticas. Isso contribuiu para a ação tomada Defesa da Lava Jato ser a segunda mais frequente.

## **Narrativa 2 – As mensagens divulgadas pelo TIB eram verdadeiras e não havia crime em sua divulgação**

Desde as primeiras publicações, a Folha reforçou que “teve acesso ao material e não encontrou indício de que ele possa ter sido adulterado” (23 de junho) e que os repórteres dedicaram muito tempo para “analisar os diálogos, examinar o contexto das discussões nos vários grupos de mensagens e checar as informações encontradas para verificar a consistência do material” (23 de junho). Há ainda exemplos de casos específicos que ajudaram a confirmar fatos comentados nas mensagens: “mensagens sobre encontro com Fausto Silva e Lava Jato que foi confirmado pelo apresentador” – 10 de junho.

A Folha também explicou que seus jornalistas não incorriam em crimes ao publicar as matérias advindas de meio ilegal e que o sigilo da fonte está garantido pela Constituição, sendo assim um elemento integrante da democracia. “A Folha não comete ato ilícito para obter informações; pode, no entanto, publicar informações que foram fruto de ato ilícito se houver interesse público no material apurado” (25 de junho). Em alguns estudos científicos sobre a Vaza Jato, o interesse público foi enfatizado (Dalmonte & Queiroz, 2020; Gabardo et al., 2021). Davis e Meckel (2013) relatam como o WikiLeaks – escândalo referente ao vazamento de documentos classificados sobre as guerras do Afeganistão e do Iraque e comunicações diplomáticas dos EUA – também se valeu do argumento do interesse público para a divulgação dos documentos. Os autores tratam do debate acerca desse termo e sobre como o próprio apoio do público à divulgação dos documentos também foi perdendo força ao longo do tempo.

O escândalo Investigação a Gleen Greenwald e ameaças ao jornalista esteve entre os mais citados (6.03%). Esse escândalo dizia respeito à possibilidade de investigação ao editor-chefe do TIB que teve suspeitas levantadas, por parte de defensores da Lava Jato, de estar envolvido em um conluio com os hackers para a obtenção ilegal de conversas. Já a Defesa das publicações a partir das mensagens estava entre as principais ações tomadas pelos agentes ativos nas matérias da Folha. Além disso, na análise de framing percebe-se que a presença de publicações em Julgamento moral (enquadramento de ataque a Moro e a procuradores da Lava Jato) aponta Condenação por parte da mídia como a segunda subcategoria mais comum (16.60%) – gráfico 3.

**Gráfico 3***Julgamento moral – Enquadramento de ataque***Narrativa 3 – Lava Jato distorceu conteúdos e negou evidências, apresentando incoerências em suas defesas**

A Folha deu voz a especialistas que concordavam com a ideia de que Moro poderia ter sido parcial e poderia ter realizado alegações de defesa que contrastavam a legislação. Diversos juizes e especialistas do Direito, incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), foram ouvidos pelo veículo, corroborando a possibilidade de suspeição: “Caso haja entendimento de que Moro estava comprometido com a Procuradoria (ou seja, era suspeito), as sentenças proferidas por ele podem ser anuladas” – 6 de agosto.

A narrativa também integrou comentários acerca da repercussão de peças jornalísticas publicadas em exclusividade pelo veículo após a parceria com o TIB (“Moro distorce reportagem ao justificar omissão de palestra remunerada como juiz” – 4 de agosto; “Moro distorce leis ao se explicar sobre conversa com Deltan, dizem especialistas” – 14 de junho). Essa narrativa ainda serviu para expor comportamentos contraditórios entre falas e atos dos procuradores da Lava Jato. Reforçou-se que, de início, os procuradores não negaram a autenticidade das conversas e que “quatro dias depois o discurso da força-tarefa da Lava Jato mudou e possíveis adulterações foram apontadas” (13 de junho).

## **5.2 Discurso das notícias e dos editoriais da Folha que justificam a opção pela publicação das conversas da Vaza Jato**

Desde o início, as peças jornalísticas da Folha reproduziram diálogos na íntegra publicados em reportagens da série Vaza Jato, assumindo-os como verdadeiros e relevantes para serem repercutidos. Na grande maioria dos casos, o trecho das mensagens estava no título ou no lead (“In Fux we Trust” – 12 de junho; “Aha uhu o Fachin é nosso” – 9 de julho). Faz sentido o uso destes componentes das peças jornalísticas (título ou lead) para realçar as mensagens, pois são os componentes mais lidos e que refletem o mais importante de qualquer peça.

O veículo assume um posicionamento cauteloso sobre as possíveis ilegalidades cometidas: “colaborações põem em xeque a equidistância da Justiça”; “pode ter havido desvio ético” – 10 de junho. Em relação aos ataques hackers, usam-se termos, como “suspeita-se” e “teriam acessado” – 10 de junho. Na literatura científica, também Moretzsohn e Pinto (2020) observam que a reação imediata, no caso Vaza Jato, oscila entre a cautela e a suspeita.

Com o acesso da Folha ao banco de dados do TIB, expõem-se mensagens para que o leitor tenha um contexto mais amplo (“Leia trechos de mensagens trocadas pelos procuradores da Lava Jato...” – 7 de julho; 1 de agosto). Detalhes presentes em “Para entender as conversas” (10 de junho) e resumos tornaram-se constantes. Também se nota o reforço da estratégia de posicionamento em favor da autenticidade das conversas vazadas. “Os repórteres buscaram nomes de jornalistas da Folha e encontraram diversas mensagens que esses profissionais trocaram com integrantes da força-tarefa nos últimos anos, obtendo assim um forte indício da integridade do material” – 23 de junho.

Os editoriais também defendem a legitimidade e a autenticidade dos diálogos e o direito do TIB e de outros veículos em publicar os diálogos vazados (“evidente interesse público justifica a publicação do seu conteúdo” – 27 de julho). Moretzsohn e Pinto (2020) realçam que, no Brasil, a mídia tradicional acostumou-se a utilizar informações oriundas de vazamentos, o que gerou alguns dos mais importantes escândalos políticos no Brasil. Ainda é destacado que a própria Folha “não encontrou sinais de adulteração ao examinar as mensagens” (27 de julho). Busca-se ainda rebater os argumentos de contestação de

Moro e de Dallagnol em relação às mensagens (“é frágil o argumento que tenta questionar sua fidedignidade das mensagens” – 27 de julho) e adotar um tom crítico à estratégia da defesa que busca questionar a veracidade das conversas (“Não houve nenhum desmentido entre os participantes das conversas”; “a estratégia da defesa é diversionista e provavelmente inócua” – 10 de agosto).

Há ainda uma clara defesa da Folha em relação ao posicionamento adotado pelo TIB sobre as origens das mensagens, por meio de fonte anônima, que embasaram as primeiras publicações no website (“Segundo o TIB, o vazamento não está ligado ao ataque ao celular de Sergio Moro, ocorrido no último dia 4 de junho” – 10 de junho). O veículo cita ainda que não havia à época “provas de que os diálogos foram obtidos pela fonte anônima do Intercept a partir de ataque hacker” – 10 de junho. Com o passar dos meses, descobriu-se que os hackers haviam fornecido, de maneira anônima, as mensagens ao TIB. Há, porém, durante todo o período, a defesa dos jornalistas, eximindo-os de qualquer tipo de conduta ilegal. Enfatiza-se que o sigilo de fonte é uma garantia prevista pela Constituição brasileira, assim como o princípio da liberdade de imprensa garantido pela democracia. A Folha pode “publicar informações que foram fruto de ato ilícito se houver interesse público no material apurado” – 25 de junho.

Outro ponto marcante é a possibilidade de investigação a Greenwald, que recebeu as conversas vazadas. Após a publicação de uma notícia de que um órgão ligado ao Ministério da Fazenda investigaria suas movimentações financeiras, houve alegações de ameaças à “liberdade de imprensa e de expressão” (9 a 12 de julho). Nas semanas seguintes, o veículo também produziu matérias sobre declarações públicas de Greenwald e cobriu eventos de apoio à liberdade de imprensa e ao TIB. O mesmo acontece quando Moro afirma que destruiria os arquivos com mensagens vazadas encontradas com os hackers no ato de suas prisões. A fala de Moro, que consistiria na eliminação de mensagens que o comprometiam, tem uma forte reação crítica nos editoriais (“intromissão injustificável na apuração sobre hackers”; “causam espanto as movimentações de Moro” – 27 de julho). O veículo enfatiza ainda que “a precipitação de Moro soou como tentativa de intimidar o Intercept e outros veículos que têm publicado as mensagens, como esta Folha”. Dessa maneira, a Folha coloca-se como um dos atores que estariam sendo intimidados por Moro e que teria a sua liberdade de expressão atacada.

### **5.3 Decisões editoriais da Folha para garantir a qualidade jornalística na cobertura à Vaza Jato**

A Folha foi “a primeira mídia procurada. Eles [TIB] estavam atrás dessa credibilidade” (Sergio Davila). Davila ressalta que a parceria envolvia a credibilidade da Folha e a de Greenwald, “jornalista de renome, que tinha dado um furo mundial”, conhecido mundialmente por ter produzido reportagens com dados vazados pelo ex-agente da Central Intelligence Agency (CIA), Edward Snowden. Moretzsohn e Pinto (2020) explicam que a estratégia adotada para a divulgação da série da Vaza Jato foi a realização de parcerias com veículos da mídia tradicional – Folha de S. Paulo, UOL, Veja, El País Brasil e do colunista Reinaldo Azevedo, que era um radical crítico do PT, – com uma dupla intenção: por um lado, a de ganhar mais braços e cérebros para trabalhar o extenso material obtido e atingir um público mais amplo e, por outro, oferecer às denúncias mais legitimidade para além da bolha da esquerda na qual o TIB está situado, o que se relaciona diretamente com a questão da credibilidade.

Por conta da extensão e do potencial para a publicação do material, a produção de reportagens sobre o tema passou a ser uma prioridade para a redação. “Era um conteúdo prioritário, nossa principal pauta naquele momento. Tanto que a gente destacou esse time de quatro repórteres, o que não é comum”. Davila ressalta que a “Folha controlaria tudo o que publicaria, tudo seria editado e apurado. Os documentos não seriam publicados acriticamente”. O diretor esclarece os cuidados necessários que cercavam a divulgação dos materiais, incluindo a confirmação da autenticidade do material: “A nossa equipe apurava e, quando achava que havia algo consistente, publicava. Sem muita preocupação com o timing, nem com o furo, só publicávamos quando havia segurança”. Todo o material foi obtido através de fontes primárias, ou seja, por meio do acesso aos materiais originais obtidos pelos hackers.

Moretzsohn e Pinto (2020) esclarecem que foi fácil acreditar na idoneidade da fonte sigilosa, na integridade dos diálogos, na sua correta contextualização e nos critérios utilizados pela equipe de jornalistas para selecionar o que era relevante publicar. Isso porque, por um lado, se tratava da “comprovação daquilo que já se denunciava desde o início da Operação Lava Jato: sua seletividade, seu partidarismo, suas arbitrariedades, seu papel decisivo no processo que levou à derrubada do Governo do PT” (p. 198) e, por outro,

por conta da comprovada competência e prestígio internacional de Greenwald graças ao caso Snowden. Em relação ao caso WikiLeaks, é possível observar que os jornalistas responsáveis também buscaram cumprir a norma de justiça e precisão, através de um mecanismo refinado para provar a veracidade dos documentos vazados (Thomaß, 2011). A proteção das fontes também foi um princípio absoluto do WikiLeaks que tinha como seus princípios fundamentais manter o anonimato e a segurança dos denunciantes (Thomaß, 2011).

No caso da Vaza Jato, Sergio Davila afirma que a Folha produziu reportagens mais contextualizadas para que as mensagens vazadas não fossem os únicos elementos. “O material serviria como ponto de partida. A gente contextualizava, buscava dados, ouvia especialistas, tirava dúvidas se alguma lei foi quebrada ou não”. A Folha foi, entre os grandes jornais, o que mais noticiou o conteúdo dos vazamentos. Antes da Vaza Jato, porém, a Folha havia manifestado um posicionamento pró-Lava Jato e uma retórica acentuadamente “misopetista” (Feres et al., 2021).

A preocupação de enfatizar a independência do jornal é constante ao longo da entrevista de Davila. O diretor de redação reforça que os ideais de independência da Folha foram decisivos para a proposta da parceria (“Glenn se identificava com a posição de independência e com o projeto editorial de jornalismo crítico e apartidário”) e para que o jornal mantivesse a sua credibilidade ao longo do tempo mesmo após as críticas sofridas pela parceria com um website de posicionamento à esquerda (“Parte do público que acompanhava a Folha questionou se isso seria uma guinada à esquerda. Eu não me preocupei com esse questionamento à época porque eu sei que rapidamente daríamos provas de que a independência continuaria”). Davila ressalta a preocupação em manter a independência, mas que isso não era “uma deliberação, uma ordem, mas algo que naturalmente se provava no dia a dia”, por meio da qualidade jornalística. Externamente, a parceria sofria questionamentos por parte de outros jornalistas. “A minha resposta era: esperem e vejam se a independência estará comprometida ou não. Os anos mostram que não”.

O diretor de redação ainda destaca que a Folha ficou “semanas publicando sozinha os resultados da nossa apuração da Vaza Jato, até que os outros veículos se centrassem também na repercussão”, atribuindo essa morosidade reativa a uma indisposição, por parte dos veículos, em desagradar fontes oriundas da Lava Jato. “Se você

tocasse no assunto dos vazamentos, talvez essas fontes deixassem de passar informações para você. Isso aconteceu e as portas da Lava Jato foram fechadas para a gente. Foi um risco que decidimos correr”.

O diretor de redação ainda avalia que as coberturas da imprensa brasileira sobre a Lava Jato sofriam pelo excesso de “fontismo”, impedindo os jornalistas de ter uma visão geral sobre os fatos, mas apenas sobre “fatos selecionados e de interesse das próprias fontes”. Davila inclui a própria Folha como integrante de uma cobertura parcial. “Nós participamos desse ciclo”. Várias críticas são feitas à Folha. Por exemplo, Feres et al. (2021) consideram que a Folha deveria “fazer um mea culpa, ao invés de premiar suas próprias reportagens ou, o que é pior, comissionar jornalistas por ela empregados para coser narrativas fantasiosas acerca da vigilância crítica do jornal em relação à Lava Jato e a Sérgio Moro”. Também Cittadino e Oliveira (2021) afluam que, durante a cobertura da Lava Jato, o acompanhamento midiático se deu de forma “completamente acrítica: cobertura espetaculosa de prisões, conduções coercitivas e mandados busca e apreensão; reprodução automatizada de trechos de delações premiadas sem filtro e sem contexto”.

Para Davila, os vazamentos selecionados da Operação Lava Jato ajudaram a “definir o clima político do país nos anos anteriores (entre 2014 e 2018)” e a determinar “os rumos da política brasileira, a ponto de ajudar a definir uma eleição presidencial”, enquanto as reportagens da Vaza Jato colaboraram para “equilibrar o jogo nos anos seguintes, colocando em perspectiva todos aqueles elementos que tinham levado à condenação do presidente”. “Nós decidimos priorizar essa nova apuração até para contrapor aquela apuração anterior e para contextualizar melhor o que a gente vinha publicando até então”.

A apuração anterior, assumida como parcial por Davila, pode ser explicada pelo mecanismo das cascatas de informação que é realizado na tomada de decisão baseada em provas sociais obtidas a partir de sinais disponíveis publicamente em vez da confirmação de conhecimentos (Damgaard, 2018, p. 115). As cascatas surgem quando todos os atores fazem as mesmas suposições, reproduzem a ação e transmitem o mesmo sinal, mesmo quando pode ser falso. Este funcionamento pode ser precipitado pelo valor-notícia da concorrência e pelo intermedia agenda-setting, que se refere às interinfluências entre veículos no agendamento temático. Segundo Damgaard (2018), que também analisa no seu estudo matérias

publicadas na Folha, o valor inflacionado da informação sobre o centro de poder percebido irá depreciar o valor das notícias sobre outros atores políticos poderosos, diminuindo a responsabilização e a transparência para o eleitorado.

O que ocorre, então, não é a mídia informando o público brasileiro sobre o combate à corrupção, mas sim um público forte com poder de decisão (o Congresso Brasileiro) deliberando internamente, através da mídia, sobre as soluções para as investigações de corrupção (p. 138). Isto acontece porque, ao reunir certos sinais públicos enviados por atores políticos e reproduzidos pela mídia, as questões políticas podem ser confundidas de tal forma que a antecipação e a supervalorização da perturbação política pela mídia obscurecem tanto as possíveis consequências como as intenções por trás dos processos que conduzem a essas perturbações. As consequências de uma cascata de informações podem explicar a parcialidade na atenção geral da mídia, como a parcialidade antigovernamental documentada na mídia brasileira (p. 115). Por sua vez, Cittadino e Oliveira (2021) são mais críticas, declarando “Folha de S. Paulo e Lava Jato, a verdade que incomoda” e embasando os comportamentos parciais e tendenciosos dos jornais na ignorância ou cumplicidade, no “jornalismo sensacionalista e irresponsável”.

## **6 Considerações finais**

O jornalismo deve ser um vigilante social e político, promovendo funções democráticas, a transparência e a responsabilização (Harrison & Sayogo, 2014). A Folha, face à bifurcação de publicar ou não a série de reportagens da Vaza Jato, optou por tentar ser um instrumento democrático e por praticar princípios de qualidade jornalística. Assim, tomando como base autores como Abramson (2010), Scheuer (2007) e Shapiro (2010), pode-se avaliar que a Folha procurou transmitir ideias de independência ao cobrir matérias que questionavam e impactariam negativamente agentes da Lava Jato com grande apelo na opinião pública. Embora não tenha feito um “mea culpa” público conforme proposto por Feres et al. (2021), o chefe de redação da Folha admite que a cobertura da Lava Jato pelo jornal pecou pelo excesso de fontismo e de confiança nas informações transmitidas. Ainda assim, ele busca reforçar os ideais de independência ao enfatizar que o veículo correu o risco de fontes da Lava Jato lhe fecharem portas e reitera que o veículo

foi o único da mídia tradicional a publicar matérias até que outros veículos o fizessem, contribuindo para o efeito de intermedia agenda-setting. O veículo realça, ao longo das publicações das matérias, a gravidade das ações dos agentes da Lava Jato e do ex-juiz Sergio Moro buscando novos ângulos e abordagens com base nas mensagens vazadas, além de contextualizações e análises sobre seus conteúdos. Também se mostrou preocupado em ressaltar e assegurar a veracidade dos diálogos como forma de defender a autenticidade das informações difundidas e de garantir os preceitos jornalísticos éticos. Pode-se notar um alinhamento entre as narrativas e discursos das peças noticiosas e editoriais com a entrevista concedida pelo seu chefe de redação.

A adoção de uma postura crítica às ações da Lava Jato deve ser, porém, contraposta à postura anterior da Folha, quando utilizou e se beneficiou das ações e informações oferecidas pela Lava Jato. Essa postura não a inocenta de críticas anteriores de que não favoreceu um ambiente democrático (Cittadino & Oliveira, 2021; Feres et al., 2021).

Essa mudança de abordagem em relação à Lava Jato, no contexto da Vaza Jato a partir de junho de 2019 e após parceria com o TIB, pode ter sido motivada por uma combinação de fatores. Enquanto o compromisso com princípios éticos e jornalísticos pode ter desempenhado um papel importante, não se pode ignorar que a decisão de se distanciar e criticar a Lava Jato e seus protagonistas principais também pode ter sido influenciada por considerações estratégicas voltadas para a recuperação e manutenção da credibilidade e do reforço dos ideais de independência do veículo, além da veiculação de um escândalo político que poderia render grande visibilidade e um crescimento na audiência. Em contextos midiáticos complexos, essas dimensões frequentemente se sobrepõem e se influenciam mutuamente.

A Folha evocou o interesse público como motivador para a divulgação. E, ainda que haja discussões a respeito de que informações se enquadram nos preceitos de interesse público, é preciso garantir uma salvaguarda legal e judicial aos jornalistas, sob o risco de haver um recuo perante a possibilidade de publicarem conteúdos originais com interesse público. Por exemplo, países do Pacífico e da Ásia criminalizam jornalistas que publicam informações vazadas. Os resultados provindos das três técnicas de investigação aplicadas também mostraram os cuidados éticos com a confirmação de veracidade da informação publicada, cumprindo os preceitos exigíveis a uma plena democracia (Knight Foundation, 2023; Michailidou et al., 2023).

No caso brasileiro, os jornalistas não estariam cometendo crime ao publicar as matérias advindas de meio ilegal. De acordo com a lei brasileira, o crime acontece no momento em que alguém viola a privacidade e tem acesso ilegal a conversas e não no momento em que o jornalista divulga o material recebido por terceiros (desde que o jornalista não esteja envolvido no hackeamento).

Com base no presente estudo, podem ser feitas recomendações para abordar com qualidade jornalística um escândalo político a partir de mensagens vazadas, como: divulgar os conteúdos se houver garantia de autenticidade e evidente interesse público; fazer exposição completa das mensagens; construir um contexto mais amplo com elementos que servem de âncoras de interpretação; usar linguagem clara e formatos acessíveis; publicar reportagens próprias com informações exclusivas; confirmando-se a veracidade da informação, pode-se transpor trechos dos diálogos em títulos; perante dúvidas, usar a palavra “suspeita-se” e o tempo futuro do pretérito composto; acompanhar o que os veículos concorrentes fazem e dizem (valor-notícia da concorrência); em caso de parcerias fazê-las com veículos e jornalistas que gozem de credibilidade; não publicar acriticamente os conteúdos; controlar tudo o que se publica; ouvir especialistas; decidir respeitando a identidade editorial do jornal; dar provas da independência do jornal; atender ao argumento da fonte primária; marcar a fronteira entre informação e opinião; informação exclusiva; conhecer e decidir considerando o quadro ético e legal no qual o jornalista atua; garantir o sigilo da fonte; ser firme na liberdade de informar e de expressão.

O caso Vaza Jato oferece várias lições para os estudos de jornalismo e comunicação política, ressaltando questões éticas, a contribuição e as funções da mídia na democracia e do impacto do jornalismo investigativo no cenário político. Uma das lições que podem ser extraídas reside no jornalismo investigativo como ferramenta de controle social e fiscalização dos poderes. O vazamento de informações, envolvendo o juiz Sergio Moro e os procuradores da Lava Jato, revelou possíveis abusos de poder, exemplificando como a mídia pode garantir transparência e expor irregularidades em instituições públicas. O caso também sublinhou a importância do *whistleblowing* – o uso de denúncias e fontes anônimas como uma forma de revelar informações de interesse público –, reforçando os desafios éticos e legais ligados à proteção dessas fontes e ao uso de dados obtidos de maneira não oficial. No campo da ética jornalística, o caso suscitou debates sobre a responsabilidade do uso de informações vazadas,

destacando a necessidade de equilibrar o direito à privacidade com o interesse público. Também se destaca a lição de que a manutenção da imparcialidade em um ambiente altamente politizado é essencial para preservar a credibilidade do jornalismo. Na comunicação política, a Vaza Jato expôs as conexões entre o poder judicial e a mídia, mostrando como a narrativa midiática pode influenciar a percepção pública sobre justiça e política, afetando processos eleitorais e decisões institucionais. Isso ressalta a necessidade de uma análise crítica da relação entre mídia e justiça, especialmente em casos de alta repercussão política. Outra lição é a de que transparência e *accountability* são fundamentais durante crises políticas e institucionais. Governos e instituições precisam de estratégias eficazes de comunicação para lidar com vazamentos e reportagens, equilibrando o controle de danos com o dever de informar o público com transparência. Também é possível extrair a lição de que a mídia tem a responsabilidade de evitar falsas equivalências que podem confundir o público e prejudicar o debate democrático. Além disso, a exposição midiática de atos judiciais pode fortalecer ou enfraquecer a confiança nas instituições, afetando sua imagem pública. Assim, ganha destaque a lição de que a mídia colabora para a imagem pública das instituições através do que e como noticia.

Por fim, este estudo pode oferecer várias contribuições: a) ao nível acadêmico, reúne conhecimento para a teoria operacional e para preencher uma lacuna de investigação; b) ao nível profissional, permite refletir sobre práticas jornalísticas no contexto de divulgação de um escândalo político e oferece recomendações a partir de práticas do primeiro jornal a repercutir a Vaza Jato; e c) ao nível social, poderá contribuir para a transparência e para a confiança dos leitores em um jornalismo de qualidade e na liberdade de imprensa, garantidores da democracia.

## REFERÊNCIAS

Abramson, J. (2010). Sustaining quality journalism. *Daedalus*, 139(2), 39-44. DOI: 10.1162/daed.2010.139.2.39

Albuquerque, A. (2017). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, 20(7), 906-923. DOI: 10.1177%2F1464884917738376

Albuquerque, A., & Gagliardi, J. (2020). Democracy as corruption: The news media and the debunking of democracy in Brazil. In X. Orchard, S. G. Santamaria, J. Brambila & J. Lugo-Ocando (Orgs.), *Media and*

*governance in Latin America* (pp. 77-95). Peter Lang.

Aldé, A., & Vasconcellos, F. (2008). Ao Vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. *Revista de Ciências Sociais*, 39(2), 61-69. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8437069.pdf>

Ares, M., & Hernández, E. (2017). The corrosive effect of corruption on trust in politicians: Evidence from a natural experiment. *Research & Politics*, 4(2), 1-8. DOI: 10.1177/2053168017714185

Argyle, E. (2015). *Politicians gone wild: A comparative analysis of political scandals in New Zealand, The United States and France*. Victoria University of Wellington.

Bello, E., Capela, G., & Keller, R. J. (2021). Operação Lava Jato: Ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. *Revista Direito e Práxis*, 12(3), 1645-1678. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/53884

Bernardes, J. (2022, 31 de maio). *Questionamentos sobre a Lava Jato mudaram visão da imprensa internacional sobre a operação*. Jornal da USP. Recuperado de [www.jornal.usp.br/ciencias/questionamentos-sobre-a-lava-jato-mudaram-visao-da-imprensa-internacional-sobre-a-operacao-aponta-pesquisa/](http://www.jornal.usp.br/ciencias/questionamentos-sobre-a-lava-jato-mudaram-visao-da-imprensa-internacional-sobre-a-operacao-aponta-pesquisa/)

Bowler, S., & Karp, J. (2004). Politicians, scandals, and trust in government. *Political Behavior*, 26, 271-287. DOI: 10.1023/B:POBE.000043456.87303.3A

Carvalho, A. (2008). Media(ted) discourse and society: Rethinking the framework of critical discourse analysis. *Journalism Studies*, 9(2), 161-177. DOI: 10.1080/14616700701848162

Castro, A., & Ansari, S. (2017). Contextual “Readiness” for institutional work. A study of the fight against corruption in Brazil. *Journal of Management Inquiry*, 26(4), 351-365. DOI: 10.1177/2F1056492617696887

Cioccari, D. (2015). Operação Lava Jato: Escândalo, enquadramento e agendamento. *Revista Alterjor*, 12(2), 58-78. Recuperado de [www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/aj12-a04/104083](http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/aj12-a04/104083)

Cittadino, G., & Oliveira, T. (2021, 18 de outubro). *Folha de S. Paulo e Lava Jato, a verdade que incomoda*. CartaCapital. Recuperado de [www.cartacapital.com.br/opiniao/folha-de-s-paulo-e-lava-jato-a-verdade-que-incomoda/](http://www.cartacapital.com.br/opiniao/folha-de-s-paulo-e-lava-jato-a-verdade-que-incomoda/)

Cook, T. (2011). *Governing with the news: the news media as a political institution*. University of Chicago Press.

Costas-Pérez, E., Solé-Ollé, A., & Sorribas-Navarro, P. (2012). Corruption scandals, voter information, and accountability. *European*

*Journal of Politic Economy*, 28(4), 469–484. DOI: 10.1016/j.ejpoleco.2012.05.007

Cruz, D.P. da, & Kunsch, D.A. (2020). O direito e a direita: A operação lava-jato, a mídia e o poder. *Anais do Congresso Latinoamericano de Comunicación de la UNVM*. Universidad Nacional Villa María. Recuperado de [www.aacademica.org/segundo.congreso.latinoamericano.de.comunicacion.de.la.unvm/123.pdf](http://www.aacademica.org/segundo.congreso.latinoamericano.de.comunicacion.de.la.unvm/123.pdf)

Cunha, I. F. (2017). Democracia e corrupção política mediatizada. In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Orgs.), *Comunicação e política: Tempos, contextos e desafios* (pp. 65-90). Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS) – Universidade do Minho.

Dalmonte, E., & Queiroz, C. C. (2020). A vigilância como prática e valor jornalístico na cobertura da #VazaJato. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 17(2), 238-250. DOI: 10.5007/1984-6924.2020v17n2p238

Damgaard, M. (2018). Cascading corruption news: Explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals. *Opinião Pública*, 24(1), 114-143. DOI: 10.1590/1807-01912018241114

Das, B. (2011). Importance of independent media in democracy. *Scholar's Voice: A New Way of Thinking*, 2(1), 43-49.

Davis, J. W., & Meckel, M. (2013). Political power and the requirements of accountability in the age of WikiLeaks. *Zpol Zeitschrift für Politikwissenschaft*, 22(4), 463-491. DOI: 10.5771/1430-6387-2012-4-463

De Vreese, C., Esser, F., & Hopmann, D. N. (2016). *Comparing political journalism*. Routledge.

Duarte, L. (2020). *Vaza Jato: Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Mórula Editorial.

Ekström, M., & Johansson, B. (2008). Talk scandals. *Media, Culture & Society*, 30(1), 61-79. DOI: 10.1177/0163443707084350

Feres, J. Jr., Cavassana, F., Madruga, A., & Vieira, L. (2021, 1º de abril). Olhar crítico em relação a Lava Jato: uma homenagem da Folha ao dia da mentira. *Manchetômetro*. Recuperado de [www.manchetometro.com.br/2021/04/01/olhar-critico-em-relacao-a-lava-jato-uma-homenagem-da-folha-ao-dia-da-mentira/](http://www.manchetometro.com.br/2021/04/01/olhar-critico-em-relacao-a-lava-jato-uma-homenagem-da-folha-ao-dia-da-mentira/)

Fernandes, C., Oliveira, L., & Chagas, G. (2021). Diálogos inconvenientes no Palácio do Jaburu: a midiatização do escândalo político no Jornal Nacional. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 1(146), 279-302. DOI: 10.16921/chasqui.v1i146.3980

Fontana, V. (2020). News frames and their influence on political participation and media engagement: A study of the Brazilian Car Wash Operation. *Journal of Latin American Communication Research*,

8(1-2), 109-129. DOI: 10.55738/journal.v8i1-2p.109-129

Freedom House. (2024, s.d.). *Freedom in the world. Brazil*. Recuperado de [www.freedomhouse.org/country/brazil/freedom-world/2024](http://www.freedomhouse.org/country/brazil/freedom-world/2024)

Gabardo, E., Lazzarotto, G. S., & Watzko, N. A. M. (2021). Ética pública e parcialidade no combate à corrupção: o caso The Intercept Brasil vs. Operação Lava Jato. *International Journal of Digital Law*, 2(1), 151–198. DOI: 10.47975/IJDL/1gabardo

Geiss, S., Allern, S., & Pollack, E. (2012). Scandalous! The mediated construction of political scandals in four Nordic countries. *International Journal of Public Opinion Research*, 26(2), 269–272. DOI: 10.1093/ijpor/eds026

Greenwald, G., & Plougy, V. (2023). *Em defesa da democracia*. Autonomia Literária.

Harcourt, R., Bruine de Bruin, W., Dessai, S., & Taylor, A. (2020). What adaptation stories are UK newspapers telling? A narrative analysis. *Environmental Communication*, 14(8), 1–18. DOI: 10.1080/17524032.2020.1767672

Harrison, T. M., & Sayogo, D. S. (2014). Transparency, participation, and accountability practices in open government: A comparative study. *Government Information Quarterly*, 31(4), 513–525. DOI: 10.1016/j.giq.2014.08.002

lory, N. (2024, 3 de março). *Dez anos da Lava-Jato: reação dos políticos é motivo mais citado pelos brasileiros para o fim da operação, revela pesquisa*. O Globo. Recuperado de [www.oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2024/03/dez-anos-da-lava-jato-reacao-dos-politicos-e-motivo-mais-citado-pelos-brasileiros-para-o-fim-da-operacao-revela-pesquisa.ghtml](http://www.oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2024/03/dez-anos-da-lava-jato-reacao-dos-politicos-e-motivo-mais-citado-pelos-brasileiros-para-o-fim-da-operacao-revela-pesquisa.ghtml)

Jadhav, T. (2014). A study of role played by Media in consumer interest. *Indian Streams Research Journal*, 4(8), 1–7. Recuperado de [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2502734](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2502734)

Knight Foundation. (2023, 15 de fevereiro). *American views 2022: Part 2, Trust media and democracy*. Recuperado de <https://knightfoundation.org/reports/american-views-2023-part-2/>

Kumlin, S., & Esaiasson, P. (2012). Scandal fatigue? Scandal elections and satisfaction with democracy in Western Europe, 1977–2007. *British Journal of Political Science*, 42(2), 263–282. DOI: 10.1017/S000712341100024X

Larangeira, A. N., & Junior, T. P. (2020). Idolatria e desmascaramento do Judiciário de exceção: Sérgio Moro, Operação Lava Jato e a Vaza Jato. In J.M. Gómez, M.C. Turón-Padial & M.J. CartesBarroso (Orgs.), *Más sobre Periodismo y Derechos Humanos Emergentes* (pp. 176-

201). Universidad de Sevilla.

Lima, A. E. C., & Pilau, L. S. B. (2022). Os usos da Vaza Jato. *Revista De Ciências Sociais*, 53(2), 153–196. DOI: 10.36517/rcs.53.2.d05

Mancini, P. (2018). “Assassination Campaigns”: Corruption scandals and news media instrumentalization. *International Journal of Communication*, 12(1), 3067-3086. Recuperado de <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/7098>

McNair, B. (2002). *Journalism and democracy: An evaluation of the political public sphere*. Routledge.

McQuail, D. (2010). *Mass communication theory*. Sage.

Medeiros, C. R. O., & Silveira, R. A. (2017). A Petrobrás nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(31), 11-20. DOI: 10.11606/rco.v11i31.134817

Mészáros, G. (2020). Caught in an authoritarian trap of its own making? Brazil’s “Lava Jato” anti corruption investigation and the politics of prosecutorial overreach. *Journal of Law and Society*, 47(S1), S54-S73. DOI: 10.1111/jols.12245

Michailidou, A., Eike, E., & Trenz, H.J. (2023). Journalism, truth and the restoration of trust in democracy: Tracing the EU ‘fake news’ strategy. In M. Conrad, G. Hálfðanarson, A. Michailidou, C. Galpin & N. Pyrhönen (Orgs.), *Europe in the age of post-truth politics* (pp. 53-75). Springer.

Moreira, A., Araújo, E., & Sousa, H. (2019). A corrupção e os média: Um olhar dos jornalistas sobre a relevância do tempo. *Comunicação e Sociedade*, 35(1), 173-192. DOI: 10.17231/comsoc.35(2019).3137

Moretzsohn, S. (2019). Entrevista: Imprensa brasileira historicamente fragiliza a democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 177-184. DOI: 10.5007/1984-6924.2019v16n2p177

Moretzsohn, S. D., & Pinto, M. (2020). O caso Vaza Jato: Uma discussão sobre verdade, política, ética e credibilidade. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & S. Marinho (Orgs.), *Dinâmicas comunicativas e transformações sociais* (pp. 182-201). CECS – Universidade do Minho.

Nugroho, C. (2020). The construction of Edward Snowden as a whistleblower in the New York Times and the Washington Post and how it represents American freedom of speech. *Jurnal Bahasa, Sastra, dan Studi Amerika*, 26(2), 126–144. DOI: 10.20961/jbssa.v26i2.41800

Oliveira, R. (2020, 23 de outubro). ‘Vaza Jato’, a investigação que obrigou a imprensa brasileira a se olhar no espelho. *El País*.

Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-23/vaza-jato-a-investigacao-que-obrigou-a-imprensa-brasileira-se-olhar-no-espeelho.html>

Pereira, M. H. de F., & Silva, D. P. (2021). Sergio Moro negacionista? Operação Lava Jato, transparência atualista e negação da política. *Revista Brasileira de História*, 41(87), 135-159. DOI: 10.1590/1806-93472021v42n87-08

Pereira, R. (2018, 16 de março). *Números mostram por que Lava Jato é a maior operação contra corrupção da história*. Paraná Portal. Recuperado de <https://paranaportal.uol.com.br/destaque-2/numeros-mostram-por-que-lava-jato-e-maior-operacao-contracorrupcao-da-historia/>

Prado, G. dos S. (2018). “A personificação do herói”: As representações de Sérgio Moro nas capas das revistas Veja, IstoÉ e Época. *Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação (Intercom)*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Recuperado de <https://portalintercom.org.br/anais/sul2018/resumos/R60-0513-1.pdf>

Prior, H. (2015). O escândalo político como experiência narrativa. *Brazilian Journalism Research*, 11(2), 100–119. DOI: 10.25200/BJR.v11n2.2015.722

Prior, H. (2018). Escândalo político e narratologia: Tecendo os fios narrativos dos casos Face Oculta e Lava Jato. *Revista Famecos*, 25(1), 1–25. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.1.28191

Prior, H., Guazina, L., & Araújo, B. (2015). Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira. *Media & Jornalismo*, 14(26), 167–185. DOI: 10.14195/2183-5462\_26\_10

Psychogiopoulou, E. (2014). Media freedom and independence in contemporary democratic societies. In E. Psychogiopoulou (Org.), *Media policies revisited* (pp. 22-38). Palgrave.

Puglisi, R., & Snyder, J. M. (2011). Newspaper coverage of political scandals. *The Journal of Politics*, 73(3), 931–950. DOI: 10.1017/S0022381611000569

Ritchie, J., & Lewis, J. (2003). *Qualitative research practice*. Sage.

Rottinghaus, B. (2019). Why scandals (might) be good for democracy. In H. Tumber & S. Waisbord (Eds.), *The Routledge Companion to Media and Scandal* (pp. 55–66). Routledge.

Scheuer, J. (2007). *The big picture: Why democracies need journalistic excellence*. Routledge.

Semetko, H., Blumler, J.G., Gurevitch, M., Weaver, D.H. & Barkin, S. (1991). *The Formation of Campaign Agendas: A Comparative Analysis*

of Party and Media Roles in Recent American and British Elections. Lawrence Erlbaum.

Shanahan, E. A., Jones, M. D., & McBeth, M. K. (2018). How to conduct a narrative policy framework study. *The Social Science Journal*, 55(3), 332-345. DOI: 10.1016/j.soscij.2017.12.002

Shapiro, I. (2010). Evaluating journalism. *Journalism Practice*, 4, 143-162. DOI: 10.1080/17512780903306571

Sharma, J. K., & Dubey, K. G. (2018). The role of media is vital in ensuring democracy and good governance. *Journal of Emerging Technologies and Innovative Research*, 5(4), 291-296. Recuperado de <https://www.jetir.org/papers/JETIR1804057.pdf>

Silva Cruz, A. C. (2023). Operação Lava Jato e Lula: enquadramento e memória na Folha de S.Paulo. *Pauta Geral – Estudos Em Jornalismo*, 10(1), 283-303. DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.10.21729

Solé-Ollé, A., & Sorribas-Navarro, P. (2017). Trust no more? On the lasting effects of corruption scandals. *European Journal of Political Economy*, 55, 185–203. DOI: 10.1016/j.ejpoleco.2017.12.003

Sousa, L. (2011). *Corrupção*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Strömback, J., & Sehata, A. (2020). Political journalism. In H. Örnebring (Org.), *The Oxford encyclopedia of journalism studies* (pp. 1319–1338). Oxford University Press.

Thomaß, B. (2011). Wikileaks and the question of responsibility within a global democracy. *European View*, 10(1), 17-23. DOI: 10.1007/s12290-011-0170-6

Thompson, J. B. (2000). *Political scandal: Power and visibility in the media age*. Polity Press.

Van Dijk, T. A. (2017). How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. *Discourse & Communication*, 11(2), 199-229. DOI: 10.1177%2F1750481317691838

Yahya, H. (2022, 01 de Fevereiro). *Jornais em 2021: impresso cai 13%; digital sobe 6%. Poder 360*. Recuperado de <https://www.poder360.com.br/economia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>

Waisbord, S. R. (2004). Scandals, media, and citizenship in contemporary Argentina. *American Behavioral Scientist*, 47(8), 1072-1098. DOI: 10.1177/0002764203262278

Zaloznaya, M., Glanville, J., & Reisinger, W. M. (2022). Explaining Putin's impunity: public sector corruption and political trust in Russia. *Post-Soviet Affairs*, 38(5), 386–409. DOI 1060586X.2022.2063633

**RENAN LACERDA FEITOSA DE ARAUJO.**

É graduado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e possui mestrado em Ciências da Comunicação pelo Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais (ISCSP), da Universidade de Lisboa (ULisboa). Possui mais de dez anos de experiência em redações jornalísticas e em assessorias de imprensa. Colaboração no artigo: conceptualização; curadoria de dados; análise formal; investigação; metodologia; software; recursos; supervisão; validação; visualização; redação – rascunho original; redação – revisão e edição; participação na discussão dos resultados; revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: renanaraujofeitosa@gmail.com

**CÉLIA BELIM.** É professora auxiliar em Ciências da Comunicação no ISCSP, ULisboa, onde leciona desde 2000 e é atualmente coordenadora adjunta da área. É doutora em Ciências da Comunicação e coordena o projeto ComHealthPPP, que se concentra na comunicação de políticas públicas de saúde em Portugal. É diretora da Revista Portuguesa de Literacia em Saúde e coautora de dois livros, tendo recebido prêmios acadêmicos e de investigação. Colaboração no artigo: conceptualização; investigação; metodologia; supervisão; validação; visualização; redação – rascunho original; redação – revisão e edição; participação na discussão dos resultados; revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mails: cbelim@iscsp.ulisboa.pt / celiabelim@gmail.com